

## **Os começos do Anglicanismo**

Dom Sumio Takatsu

### **Questões preliminares**

Onde começa o anglicanismo? Há uma questão preliminar da localização na história do que chamamos de anglicanismo, de ethos anglicano.

O termo anglicanismo data do século XVI e XVII,<sup>1</sup> Nesse período, com a Reforma, de Henrique VIII, Thomas Cranmer (LOC 1549) Jewell, Elizabeth I, Richard Hooker e outros com um olho no período da Igreja antiga e no futuro, iniciou-se a formação do que veio denominar-se de ethos ou identidade anglicana, localizada em diversas partes do mundo, em processo de assumir a cultura local.<sup>2</sup>

O *Estudo do Anglicanismo* (1988) com a contribuição de trinta e dois autores de diversos países, de diversas áreas e persuasões, editado por Stephen S. Sykes e John Booty proporciona-nos uma amostra do que se quer dizer por identidade ou ethos anglicano. Uma rápida visualização da obra antes de discutir sobre a história do anglicanismo parece-nos relevante.

1) História do Anglicanismo: da reforma ao século XVII e do século XVIII até os nossos dias

2) Evangelho no anglicanismo

3) Autoridade e Método: Escritura, Tradição, Razão

4) Padrões anglicanos: LOC, Artigos e Homilias, Ordinais, Catecismo, Padrões Teológicos: alguns teólogos, Lex Orandi Lex Credendi, Concílios. Conferências e Sínodos e Cânones

5) Igreja, Sacramento, e Ministério: Ecclesologia, Fundamentais do Cristianismo, Laicato, Iniciação, Santa Comunhão, Ministério e Sacerdócio e Episcopado

6) Anglicanismo na prática: espiritualidade anglicana, ética anglicana, tradição pastoral anglicana, relação Estado e Igreja e sociologia do anglicanismo

---

<sup>1</sup> THOMPSETT, Fredrica. Living with History, QUINN, Frederic. To be a Pilgrim: The Anglican Ethos in History.

<sup>2</sup> DOUGLAS, I.T. e PUI-LAN, Kword. (Editores) Beyond Colonialism.

7) Prospectos: futuro ecumênico, novas dioceses, Que é anglicanismo? Anglicanismo, Ecclesia Anglicana e anglicano: ensaio sobre terminologia. Anglicanismo em missão.

Trata-se do estudo do que denominamos de anglicanismo. E a nossa questão se localiza na primeira parte. Onde começa o anglicanismo, essa comunidade no decorrer de determinada história com esses componentes de identidade? Os editores perguntam: por que começar a narrativa histórica a partir da Reforma? Não é uma opção redatorial que elimina qualquer consideração de um debate sobre o que muitos escritores anglicanos têm insistido como central para a identidade anglicana, isto é, sua alegação da continuidade com toda história da Igreja, especialmente, a sua fidelidade para com a Igreja Primitiva? Não começou a sé de Cantuária no século VI e não no século XVI? A resposta de Sykes e Booty a essa pergunta é o que se segue:

A fim de fazer alguma justiça a essa questão que está em debate, devemos distinguir entre a alegação e observação. Com efeito, é verdade que os reformadores do século XVI e os apologistas do século XVII fizeram o máximo esforço para *alegar* ou reivindicar (*to claim*) que a Igreja da Inglaterra viveu em continuidade com a Igreja indivisa dos primeiros séculos. Também é a alegação de muitos anglicanos contemporâneos que a sua Igreja não constitui nem cultiva uma identidade denominacional separada. A despeito dessas alegações, somos obrigados a observar que, de fato, a distintividade do anglicanismo começa no século XVI e que os apologistas do século XVII dedicaram esforços persistentes para distinguir sua Igreja do catolicismo romano e das Igrejas não-conformistas. (p. xiii)

Por outro lado, os editores não pretendem prejudicar o veredicto sobre as alegações, mas asseguram que os pontos de vista daqueles que enfatizam a continuidade sejam representados juntamente com os que dão importância à reforma. Outro ponto importante é que os editores têm o entusiasmo para incorporar na obra uma outra proposta, isto é, que, como um "ismo," o anglicanismo olha para o se futuro, precisamente porque o anglicanismo não tem tomado decisão se a Igreja deve ser sempre a mesma do século XVI ou dos primeiros quatro séculos. Estão de acordo que o anglicanismo, mesmo que pudesse ser definido com sucesso, não poderia ser uma forma definitiva do cristianismo. Embora, na providência divina, as Igrejas da Comunhão Anglicana tenham ainda o serviço de testemunho entre as Igrejas deste mundo, elas devem continuar se reformando e libertando-se do isolacionismo. Nesse sentido é importante o diálogo com todas as tradições cristãs. "Uma breve observação dos escritos clássicos do anglicanismo nos mostra um intenso diálogo com a patrística, reformadores do continente europeu e com católicos romanos." O anglicanismo do século XX deve ser submetido à apreciação crítica das Igrejas de nossos dias.

Esse prefácio do *Estudo do Anglicanismo* nos mostra, pelo menos, duas coisas importantes sobre a história do anglicanismo. (1) Não se reforma sem continuidade e não se tem continuidade sem a reforma. Na história cristã se detecta mais do que uma forma de reforma antes do século XVI e depois dele.

Talvez a questão complexa da continuidade e descontinuidade entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento ilumine a questão do século XVI.

(2) A história é uma construção feita de pesquisas dos recursos, fontes, seleção de dados onde entram subjetividade, interesses, avaliação e tomada de decisão e organização da pesquisa em escrito. Os fatos não são puros, e os dados já vêm com suas interpretações. Com os recursos disponíveis faz-se avaliação crítica. É isso que está implícito na diferença entre alegação e observação e sua relação complexa acima referida.

John R.H. Moorman, que escreveu uma *História da Igreja da Inglaterra* (1953) que pouco deu atenção à Comunhão Anglicana e à Conferência de Lambeth, na qual ele participou mais tarde (1968) como bispo de Ripon, expôs o seu reconhecimento de que todo labor histórico é seletivo e diz: "toda a história que é digna de ser história é enviesada (*biased*) e tendenciosa, porque o historiador tem de ter seu ponto de vista. No que se refere à história da Igreja da Inglaterra, o historiador tem de trabalhar com os tópicos sujeitos à grande controvérsia e à diversidade de opinião, com tópicos acompanhados com as mais profundas emoções e fortes convicções da humanidade. Um desses tópicos é a Reforma". Para alguns, o rompimento com Roma não foi menos que um desastre. No entanto, para outros essa ruptura se reveste de alguma espécie de libertação providencial, um sinal real de avanço sob o poder do Espírito Santo." (p.v). Essa questão, especialmente, a primeira foi, no início da década de cinquenta, um tópico predileto de alguns apologistas católicos romanos dirigidos contra a Reforma como se a Igreja ou Igrejas pudessem manter a cristandade como uma unidade política-religiosa.

A história é uma construção que pode ser feita de várias maneiras. J.H.Moorman optou por apresentar a sua pesquisa por períodos, começando com a presença cristã na Inglaterra antes de 597, (quando da chegada de Agostinho). Já John Booty, em sua *Igreja na História* (1979) adota temas como comunidade cristã, reforma e renovação e outros tópicos estudando-os no tempo e espaço. Essa obra foi escrita como parte da série II do *Ensino da Igreja*. Da mesma forma, Fredrica Thompsett adota outros temas em sua obra, *Viver com história*, (1999). A autora escreveu para a série III do *Ensino da Igreja* ao lado do livro de James Griffiss, *A Visão Anglicana*, (1997).

O título *Viver com a história*, ao invés de viver na história, sugere alguma coisa sobre a qual vale pensar. "Com a história" implica, também, na história, isto é, viver no tempo, na história, na realidade humana em movimento, que nos envolve. Foi H.R. Niebuhr quem dizia, o ser humano é histórico, "vive na história assim como peixes vivem em água" (*Meaning of Revelation*). O "com" salienta a construção e reconstrução da memória (anamnese, não é só na liturgia), do que é lembrado. Fredrica faz referência alguns elementos importantes dos "cânones" da pesquisa histórica. Uma de suas contribuições se encontra num capítulo sobre as dez "pedras de toque" da história, é claro, sob o ponto de vista anglicano, especialmente, da Igreja Episcopal nos Estados Unidos. Essas pedras representam dez itens realizados ou em realização na história do anglicanismo, no cenário mundial e ecumênico.

Elas são lembretes do que é importante e servem de teste. A “pedra de toque” é aquela pedra dura como jaspe ou outra que os joalheiros usam para testar a pureza de metais. Figurativamente, é o meio de avaliação.

### **Dez Pedras de Toque**

1 – chamado à Aliança, 2- Encarnação, 3- Dom do Batismo, 4- Bíblias em inglês (vernáculo) 5- Oração comum, 6- A voz e voto do laicato, 7- Mulheres em missão, 8- Movimentos dos Direitos Civis, 9- A plena inclusão das mulheres na Igreja, 10 – Recuperação da Espiritualidade.

É muito claro que algumas dessas pedras são mais contemporâneas. Essas pedras se encontram na Bíblia e na história das Igrejas cristãs. Mas algumas delas tinham de ser recuperadas, porque, no período de 1889 a 1939, por exemplo, na Inglaterra, os estudos proféticos do Antigo Testamento, não tinham expressão e foram recuperados, segundo M.A. Ramsey, “com a influência dos mestres proféticos da Europa e da América que atraíram a mente inglesa para além de autores de sua própria Igreja e país” (*De Gore a Temple ou Uma Era na Teologia Anglicana*, p.169). O uso da Bíblia e sua concepção foram construídos arduamente e com risco de vida no período da Reforma. Foi uma negociação habilidosa e muito difícil entre o rei Henrique VIII, católico medieval sem o domínio papal, e os líderes da Reforma, principalmente, Thomas Cranmer.

Certamente, os anglicanos não têm monopólio dessas pedras, porém é uma alegação anglicana de que há, também, um toque anglicano no uso dessas pedras de toque, do jeito peculiar no seu manejo.

Uma vez que o nosso interesse no momento é o início do anglicanismo, é bom indagarmos como essas pedras estavam presentes. As mais visíveis são a Bíblia e a Oração Comum – Oração comum a todos no vernáculo. Entretanto, a “chamada para a Aliança” - eclesiologia do povo de Deus – que se reúne pela iniciativa de Deus voltado em favor da humanidade para a sua adoração e serviço, o Batismo em Nome da Trindade e a Encarnação (basta ver o Artigo II dos XXXIX Artigos de Religião) eram fundamentais para a Reforma inglesa. Todas essas três “pedras” atravessavam a Bíblia e a Oração Comum, tendo a Bíblia a primazia, mesmo na reciprocidade entre as Escrituras, Tradição e Razão. O movimento dos Direitos Civis, originado nos Estados Unidos em torno da recusa de Rosa Park tomar assento segregado para a minoria racial no ônibus de Alabama e de Martin Luther King, pode iluminar uma forma embrionária do movimento de direitos civis do povo britânico no tempo de John Wyclif no século XIV e do rei Alfredo, no século IX. É verdade que não é isso que Fredrica diz, mas esse tópico (pedra de toque) me sugere que há alguma coisa embrionária do que veio ser denominado como direitos civis como igualdade todos perante a lei de uma nação. Em poucas palavras, no período do rei Alfredo e de Wyclif, a batalha consistia em o povo ter a sua língua reconhecida e ter acesso à melhor educação e informação da época. Nisso o rei Alfredo levou em consideração, por exemplo, o local (inglês) e o universal (latim). Já, na época de Wyclif, havia influência da Renascença, por

isso, buscava as informações e verdade para além do latim. Em ambos os períodos houve o esforço de elevar o conhecimento do laicato. Alfred insistia que o clero e laicato freqüentassem a escola que ele fundou e ele próprio traduzia obras clássicas do cristianismo para o vernáculo. Temos aí a tentativa de colocar nas mãos do povo as coisas básicas da fé e ter a participação leiga. Foram tentativas frustradas porque o saber, ao invés de socializado, ficou nas mãos do clero, principalmente, nos mosteiros.

Também, é possível ver os traços dos movimentos dos direitos civis na tentativa de abolir o tribunal especial reservado ao clero (benefício). Um crime como assassinato cometido por um membro do clero não poderia ser julgado pelas leis da cidade, da terra, mas por um tribunal eclesiástico e consta que, muitas vezes, o criminoso não era punido. Havia corrupção no uso do "benefício". Um criminoso aparecia ao tribunal com tonsura ou com um corte de cabelo clerical e era conduzido para um tribunal eclesiástico e se livrava da pena mais pesada. Havia, também, constante apelo para a Roma e o rei não tinha domínio no seu reino. No século XII, o conflito entre o Henrique II e Thomas Beckett envolvia essa questão.<sup>3</sup> Todas essas questões agravadas na era de John Wyclif vieram à tona na tentativa reprimida e fracassada de reforma eclesial e teológica e independência da nação dos poderes políticos e econômicos – drenagem das divisas por meio dos mosteiros, pagamento dos prelados residentes na Itália com título de funções ou sedes na Inglaterra – exercidos pelo papado.

A última "pedra de toque", a recuperação da espiritualidade, foi, também, questão que movia os reformadores. A espiritualidade entendida como a vida em todos os aspectos permeada pela fé, amor e esperança sob a inspiração do Espírito Santo, vida aberta para Deus e ao próximo estava atuando na tradução da Bíblia para o vernáculo e a elaboração do Livro de Oração Comum. A base da nova espiritualidade estava na recuperação da antropologia das cartas paulinas, isto é, a distinção entre o "carnal" e o "espiritual" não estaria no dualismo entre a parte nobre e inferior, e o inferior considerado sensualidade, mas na distinção entre a pessoa como um todo sob o domínio do amor, o Espírito Santo. Portanto, a questão seria se tudo que a pessoa é e faz está sob o domínio desse amor ou está sob o domínio centrado e fechado em si. Então, a religiosidade pode ser espiritual ou carnal. Nessa visão, a tradução da bíblia com a busca do melhor texto e com o uso do instrumento literário disponível na época era um empreendimento altamente espiritual. Poderíamos dizer que o estudo do hebraico e grego fazia parte da espiritualidade. É claro, o estudo por estudo não significaria nada do ponto de vista espiritual, mas conjugado com a intenção de entregar o Evangelho a um povo em sua própria língua com o risco de martírio e de dezenas de mártires, é difícil de lhes negar a espiritualidade. Aqui estou tentando dialogar com o livro da F.Thompsett.

Certamente, uma coisa está implicada na outra. A espiritualidade não é um componente estanque. Na época da Reforma ela foi revigorada com a recuperação da Palavra e relacionada com a Palavra que se ouvia na Liturgia. A

---

<sup>3</sup> QUINN, Frederick. To be a Pilgrim, pp.26-27

integridade de uma foi, por assim dizer, testada pela integridade da outra. Nessa relação, a supremacia da Escritura foi recuperada.

### **Reforma anglicana: Bíblia, influências luterana e renascentista.**

Isto nos leva a considerar a questão da Bíblia e da influência renascentista e luterana na reforma inglesa e as tentativas anteriores de produção da Bíblia no vernáculo. E, aqui, é oportuno o que significou e tem significado a teologia da reforma do século XVI visto no período de 1899 a 1939. Michael A. Ramsey nos dá uma síntese característica dele, em resposta a uma pergunta: qual é posição dos teólogos do período de Charles Gore a William Temple a respeito da Reforma? "Não houve para todos os típicos anglicanos, nem mesmo para os da escola do anglo-catolicismo, nenhuma hesitação sobre as principais convicções da Reforma: que não se ganha a salvação pelas obras, que a salvação é pela graça somente recebida pela fé, que nada pode ser acrescentada à única mediação da Cruz de Cristo, que a Sagrada Escritura é a suprema autoridade em matéria de doutrina".<sup>4</sup>

### **Henrique VIII e o movimento de Reforma**

Essa Reforma ocorreu dentro de um conjunto de interação de pessoas, influência de movimentos, visões do Evangelho e da Igreja, de interesses nacionais e econômicos. Havia o movimento renascentista, a busca de textos na língua original, por exemplo, (hebraico e grego) e isso implicava na libertação da leitura da Bíblia do controle eclesiástico, da leitura e interpretação estabelecida. Havia o conservadorismo que resistia ao novo saber. Havia o forte impacto na Inglaterra da recuperação do Evangelho, da Palavra, formulada em justificação pela graça por meio da fé, - anterioridade e iniciativa da graça para salvação - por Lutero e conseqüentemente de uma nova leitura das Cartas Paulinas e dos Salmos. No rei Henrique VIII estava atuando uma considerável preocupação com o destino da nação inglesa. Para tanto, o requisito necessário seria uma monarquia forte, e povo educado e independente do domínio estrangeiro.

O marco da movimentação dessa dinâmica acima mencionada pode ser datado, grosso modo, por volta de 1521, quando obras de Lutero alcançaram a Universidade de Cambridge, graças ao trabalho de Gutenberg, (1400-1468) e houve formação de grupo de leitores, estudos e discussões na Taverna Cavalão Branco (um pequeno restaurante com bebidas, talvez um "pub" de hoje). Esse grupo consistia de Robert Barnes, Thomas Bilney, John Frith, Thomas Cranmer, Mathew Parker e Hugh Latimer. Com a exceção de M.Parker que se tornou Arcebispo de Cantuária (com a entronização da Elizabeth I) todos eles foram martirizados.

Nessa época Henrique VIII proibia a entrada de obras luteranas. Em 1521 as obras luteranas foram queimadas nas proximidades da Catedral de

---

<sup>4</sup> p.106

S.Paulo, em Londres, sob a supervisão de Cardeal Wolsey, promovido pelo rei, desde o começo de sua carreira até Cantuária e apoiado para ser papa, mas que perdeu a eleição por um voto, porque o rei francês tinha mais "cacife". Também o rei Henrique VIII foi considerado pelo papado "Defensor da Fé".

### **Henrique VIII e a preocupação da sucessão da monarquia e sentimento nacional**

No jogo dos interesses acima mencionado, a preocupação com a sucessão vem facilitar o avanço da Reforma inglesa. A sua esposa com 42 anos de idade, na época, já não daria à luz a um menino. Ana Bolena, de uma família de nobres, relacionada com um grupo de famílias interessadas no poder, aparece no cenário. Assim entra em processo a anulação do casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão. A alegação consistia em que Catarina era a esposa do irmão de Henrique e com a morte do irmão, Arthur, (1502) a família obrigou-o aceitar o levirato (a lei levítica), com a dispensa especial do papa Júlio II, porque não deixaram nenhum filho. Muitos casamentos na época, foram anulados pelo mesmo motivo. Mas por volta de 1531, Clemente VII ficava engavetando o pedido de anulação, pois Catarina de Aragão era a tia de Carlos V da Alemanha. No jogo dos poderes, seria temerário enfurecer esses poderes. Assim, uma mensagem foi enviada para o Arcebispo Wolsey para não apressar o processo.

### **Re-edição dos decretos parlamentares antigos – *praemunire***

Sabedor dessa interferência, Henrique VIII recorreu a uma série de decretos promulgados pelo Parlamento, na época de Ricardo II, (1353) denominado de "*praemunire*", proibindo, por exemplo, a interferência papal na administração interna da Inglaterra, a transferência, nomeação dos bispos sem a consulta ou consentimento do rei, etc. Aqui a resistência à interferência papal tem de ser vista não como interferência em negócios internos da Igreja como se essa fosse um departamento "estanque" dentro de uma nação. Devido à centralização onerosa do poder em Roma e ao sistema feudal da sociedade, o papado era beneficiário dos feudos e a taxação ficou, conseqüentemente, pesada para o povo inglês. Tanto assim que, entre os lolardos, seguidores de Wyclif, houve quem se referisse ao papa como "vigário do feudo". J.H.R Moorman vê no grito do monge de Malmesbury: "Senhor Jesus, ou retira o papa do meio de nós ou suaviza o seu poder sobre nós" como o eco representativo do Parlamento e do rei que promulgaram uma série de decretos no período dos lolardos, (p.116). Houve, assim, precedentes na história que apoiavam essas medidas de Henrique VIII.

É bom observar que era costume os reis designarem os bispos e o papa dar o consentimento. As Igrejas luteranas da Escandinávia preservaram esse costume. Elas são Igrejas oficiais daqueles países. Recentemente, a eleição de uma bispa por parte de uma diocese norueguesa foi homologada pela rainha.

No que se refere à não transferência dos bispos e dos presbíteros, há exemplo de o Concílio de Arles (314) ter tomado a decisão de que os bispos fossem eleitos e ordenados para uma determinada diocese e não pudessem ser transferidos. Os presbíteros seriam ordenados para uma determinada comunidade, não se podendo ser transferidos para uma outra comunidade. A ênfase está no exercício da liderança pastoral localizado. O reconhecimento universal do ministério seria consequência da primeira não vice-versa, pois não se falou na validade universal.

Não há dúvida de que a inclinação do jogo do poder entre os reis e o papado, em favor deste ou daquele, dependia dos fatores conjunturais. No tempo do Henrique VIII havia certo equilíbrio no sentido de que Roma estava sob o domínio do Carlos V e o exército espanhol era, também, uma ameaça para o papado. Já no tempo do rei João, Inocêncio III estava numa situação muito melhor. O rei que não foi consultado recusou por seis anos a indicação de Langton, Arcebispo de Cantuária, e essa recusa resultou na ameaça de excomunhão. Hoje a excomunhão ficaria limitada à humilhação moral, mas naquela época significaria a invasão por parte da França, que há muito aguardava essa oportunidade. Fora da cristandade, a aliança, digamos, de não agressão, ficaria invalidada.<sup>5</sup>

Henrique VIII com a re-edição de "praemunire" acusou Wolsey de estar a serviço do poder estrangeiro. Esse foi destituído e na sua viagem morreu (1529). Nos quatro anos seguintes, o rei negociou duramente com o clero e Parlamento, para ele ser "chefe supremo e rei da Inglaterra em questões temporais e espirituais".

### **Thomas Cranmer no cenário da história da reforma inglesa**

Com o rompimento com o papado e com a morte do Arcebispo Warham foi descoberto Thomas Cranmer e ele entra no cenário. Ele se torna embaixador junto aos luteranos e pesquisa a opinião universitária da época sobre o divórcio do Henrique VIII. E a Reforma na Inglaterra entra num processo árduo, de lutas entre o rei e os reformadores, de publicação de artigos teológicos, "negociação" entre a teologia da Reforma e a teologia católica medieval sem o papado representado pelo rei. Os Seis Artigos de 1539 representam bem esse catolicismo medieval. Eles enfatizam: (1) A verdade da transubstanciação; (2) A Comunhão em uma espécie é suficiente; (3) A necessidade do celibato; (4) A obrigação das ex-freiras e irmãos leigos observarem os votos de castidade; (5) A importância das Missas particulares (Aqui convém mencionar o fato de que o rei apreciava celebrações particulares. Durante suas caçadas havia três ou mais celebrações por dia e ele gostava de fazer comentários comparativos desta ou daquela celebração, pois teologia e liturgia eram assunto comum entre os letrados); (6) Necessidade de confissão auricular.

---

<sup>5</sup> Moorman, J.H.R op.cit, pp.81ss.

A promulgação desses artigos resultou no exílio de muitos clérigos casados, e a esposa de Thomas Cranmer teve de refugiar na casa de seus pais na Alemanha. Certamente, a “negociação” pendia em favor do rei por causa do seu poder político. Os Seis Artigos (1539) e o Livro do Rei foram represálias contra o Livro dos Bispos, (1537), o qual foi um tipo “conciliatório”.

Com Eduardo VI (1537-53) em 1547, a Reforma inglesa se acelera. Com o Ato Institucional de Uniformidade de 1549 foi instituído o uso obrigatório do vernáculo nos Ofícios Religiosos. Em 1552 foi adotado o 2º Livro de Oração Comum e, mais tarde, escritos os *Quarenta e Dois Artigos*, posteriormente reformulados em Trinta e Nove Artigos. Entrementes, todos os atos anteriores foram revogados. Em tudo isso estava em jogo a Bíblia no vernáculo traduzido do original hebraico e grego, e a sua autoridade suprema em matéria de fé e doutrina.

Porém, no período da rainha Maria, (1553-59) todos os atos anteriores foram revogados e cerca de trezentas pessoas foram executadas e muitos se exilaram. Entre os martirizados destacam-se T.Cranmer, N.Riddley e H. Latimer.

### **Thomas Cranmer – seu martírio**

O caso contra Cranmer foi muito bem arquitetado. O papado tomou para si o caso e enviou dois inquisidores da Espanha para acusá-lo de heresia e obter dele a retratação. Na verdade, a rainha Maria havia processado Cranmer como traidor, porque este favoreceu Jane Grey, parente do Henrique VIII. Por dez dias a Inglaterra teve por rainha Jane Grey. As forças tenderam em favor de Maria e quem houvesse demonstrado fidelidade a Jane Grey foi considerado traidor. Esse processo foi engavetado. Mas Cranmer teve de enfrentar os espanhóis Juan Villagarcia e De Soto durante três anos.

*Thomas Cranmer* de Diarmaid MacCulloch, professor de história da Igreja da universidade de Oxford publicado, em 1997, uma biografia do Arcebispo (692 páginas), detentora de três prêmios de organizações literárias, traz relatos minuciosos do debate entre os inquisidores e Cranmer. Houve um processo que se chamaria hoje de “lavagem cerebral” e debilitação física e mental. Tudo girava em torno da retratação. Houve tentativas de retratação e vários recuos num longo processo. Um ponto importante é o dos Concílios Gerais. Cranmer apelaria e apelou para convocação de um Concílio Geral presidido por um príncipe. Então, Villagarcia responde: “você não sabe que sempre o papa presidiu concílios gerais?” Então, Cranmer indaga: “quem presidiu o Concílio de Nicéia?” Villagarcia enfurecido vai à biblioteca e traz algumas anotações de que Silvestre I teria presidiu o Concílio. Cranmer lhe responde que aquele era um texto espúrio, pois na verdade, Constantino presidiu o Concílio. O Concílio de Calcedônia foi presidido por Teodósio. Nas Ilhas Britânicas, depois da chegada de Agostinho, o Sínodo de Whitby foi convocado e presidido pelo rei Oswy, para resolver as diferenças e

divergências entre a Igreja celta existente e a missão romana enviada por Gregório. O Papa começou presidir os concílios somente a partir do século XII.

No dia da fogueira, os enviados do papado estavam certos de que haveria retratação, o que significaria o triunfo institucional e o fracasso da Reforma por causa das heresias. Houve um ritual na Catedral de Oxford. Com a pregação de que o penitente tem de salvar sua alma na fogueira, um rito de degradação, litanias em favor da alma, e a hipotética retratação. Então, do púlpito, Cranmer fez um esforço extraordinário para que todos pudessem ouvi-lo. Quando se tornou evidente que a retratação era uma espécie de retratação da retratação, a reafirmação do ensino da Reforma, e o apelo para o Concílio Geral, Villagarcia e De Soto arrancaram Cranmer do púlpito e o levaram à fogueira. Lá, Cranmer fez gesto documentado de estender a mão direita para a fogueira, dizendo "esta mão que quis fazer retratação contra o meu coração vai primeiro ao fogo". Há uma espécie de lenda em torno do coração encontrado entre as cinzas. Dizia que esse coração mau não morreu, mas resistiu ao fogo purificador. A fogueira foi um fiasco para a contra-reforma, porque não conseguiu fazer circular a suposta retratação e os amigos de Cranmer no continente fizeram circular o que foi dito e escrito por Cranmer e pelas suas testemunhas. Gutenberg teve sua parte. Apesar da prisão, sempre houve a possibilidade de enviar clandestinamente os escritos na cela de prisão.

Com Elizabeth I houve o estabelecimento anglicano, retomando o que já vigorava no período de Eduardo VI. Nesse período, o 3º Livro de Oração Comum foi editado, os Trinta e Nove Artigos, (1531) formulados, e editado o Livro de Oração Comum de 1662.

### **Apologia Anglicana da continuidade com a Igreja da Antigüidade**

Ao fazer a Reforma, os principais teólogos e líderes da Igreja da Inglaterra não pensaram em ter fundado uma outra Igreja. Essa era, também, a visão dos reformadores do continente europeu. Houve muitos estudos da história e da patrística entre os reformadores no continente e na Inglaterra. Mathew Parker, Arcebispo de Cantuária, escreveu *Sobre a Antigüidade da Igreja Britânica*, em que ele alega a Igreja ter sido fundada por S. Paulo ou José de Arimatéia. Trata-se da alegação de que a Igreja da Inglaterra não depende do papado e que tem seu próprio ministério e mártires. A Igreja de Roma se afastou até do ensino do período do Gregório, que enviou Agostinho.<sup>6</sup>

Independentemente dessa alegação, o fato é que havia uma Igreja cristã antes da chegada de Agostinho. Também, é verdade que a Igreja existente foi subjugada pela missão romana. Tanto assim que parte da Igreja do norte da Inglaterra mostrou resistência por algum tempo.

Robert K. Runcie, ex-arcebispo de Cantuária, em seu discurso sobre unidade e diversidade na instalação do Conselho Consultivo Anglicano, na

<sup>6</sup> Avis, P. Anglicanism and Christian Churches, p.24

cidade de Cardiff, no País de Gales em 1990, começou fazendo referência a um incidente histórico, no século VI, "causado por meu predecessor, Santo Agostinho, em relação aos bispos galeses". (Welsh) Que foi esse incidente? Na época havia uma tensão entre a Igreja romana que veio com Agostinho e a Igreja celta. Nessas circunstâncias, os bispos do País de Gales foram convocados por Agostinho. Naturalmente, surgiu na mente dos bispos a questão: qual é o propósito da reunião? Qual é a intenção daquele que ocupa a Cátedra de Cantuária? Conforme o historiador Venerável Beda ( 673-735) os bispos se aconselharam com um sábio monge. Este deu o seguinte conselho: "Se o Arcebispo se levantar de sua cadeira, quando os bispos chegarem, seria um sinal de que ele é o servo de Cristo e vocês devem ouvi-lo obedientemente. Mas se ele não se levantar, vocês não devem dar ouvidos a ele". Lamentavelmente, o Arcebispo não se levantou, e houve resistência por parte dos galeses, conforme o Venerável Beda. E o ex-Arcebispo de Cantuária, Robert Runcie continua:

A falta de humildade por parte do meu predecessor resultou em quatro séculos de disputa entre o País de Gales e a Cantuária e a unidade foi conseguida por meio da sujeição dos bispos galeses a Cantuária. Essa injustiça foi sanada só quando foi recriada a Província autônoma de Gales em 1920.

E o ex-Arcebispo considera esse incidente histórico um ponto de referência relevante quando se faz reflexão, e oração sobre a identidade e autoridade da Comunhão Anglicana.<sup>7</sup>

Esse incidente e outros nos mostram que a integração da Igreja existente anterior à missão romana ao domínio papal não foi tão pacífica quanto se imagina. Portanto, a abolição da jurisdição papal não significaria a criação de uma nova Igreja, nem a interrupção da tríplice ordem histórica, mas a libertação de uma jurisdição usurpada e desnecessária. A tríplice ordem de bispo, presbítero e diácono é o elemento mais visível de continuidade no anglicanismo. Diga-se de passagem, que essa visão da continuidade não implicava na reordenação dos ministros vindos de Igrejas não episcopais até 1662. Também, depois dessa data, a continuidade que o anglicanismo manteve não significou a exclusão de Igrejas não episcopais da Igreja Una, Santa, católica e apostólica.

Essa visão da continuidade é fruto, também, de estudos com os instrumentos disponíveis na época. Comparando o Prefácio do Ordinal dos primeiros livros e o Prefácio dos livros, de pelo menos três Igrejas da Comunhão Anglicana, depois de 1979, observa-se o seguinte. No antigo prefácio a tríplice ordem é situada no tempo dos apóstolos. Nos prefácios de hoje, a diversidade de ministérios é situada no tempo dos apóstolos e a tríplice ordem, no tempo do Novo Testamento. Essa diferença se deve à integridade com que se estuda a Bíblia.

---

<sup>7</sup> ACC-8 Cardiff 1990 – Mission in a Broken World, pp.24-25

No que se refere à Igreja Católica Romana, era, também, a visão generalizada dos reformadores da primeira fase de que a Igreja romana vivia o seu cativeiro babilônico. E para os mais moderados, nem por isso, a Igreja romana deixou de ser Igreja. Para Richard Hooker, a despeito de muitos erros que a Igreja da Inglaterra condena, a Igreja de Roma pode ser considerada uma Igreja cristã por causa do Batismo trinitário que ela mantém.

## **Bíblia**

A recuperação da leitura e exposição da Bíblia na Igreja foi, também, uma tarefa árdua. Antes de Wyclif e na sua época, a leitura da Bíblia estava restrita a algumas seleções nos Ofícios Religiosos. Nos estudos, a Bíblia era suplantada pelas Sentenças de Pedro de Lombardo, uma espécie de sistemática da época. Consta que Roger Bacon (1214-1294, proponente do Estudo de Ciência) reclamava que o estudo da Bíblia era consideravelmente menor que as Sentenças.

Da reação contra o estudo da Bíblia empreendido por Wyclif e seus seguidores, pode-se perceber o temor da crítica à instituição vigente, a partir do conhecimento da Bíblia. A instituição que Wyclif criticou foi um sistema de concessão de dons: outorgantes e outorgados, hierarquicamente construído. Nesse sistema, quem recebe os dons fica na condição de vassalo. É um benefício ou um título concedido. E o outorgado tem o direito ao benefício contanto que se preste fidelidade. Há certo paralelo entre esse sistema de mediação criticado por Wyclif e o feudalismo que entrou na Inglaterra com a invasão dos normandos. De fato, a pregação dos loldos com base na Bíblia foi uma grande ameaça para a situação estabelecida. Tanto assim que o concílio de Oxford em 1408 decretou que, sem a aprovação conciliar ou do bispo diocesano, nenhuma tradução da Bíblia seria permitida, nem a circulação da versão de Wyclif, sob a pena de excomunhão. Um trecho da carta do Arcebispo de Cantuária ao Papa, nas vésperas do concílio revela a gravidade do temor. "Este pestilento e maldito... filho da antiga serpente... empreendeu por todos os meios para atacar a sagrada doutrina recorrendo ao expediente de uma nova tradução das Escrituras na língua materna".<sup>8</sup> Esse desejo de controle sobre a leitura e a exclusão dos leigos de possuir a sua Bíblia persistiu até a Reforma, mesmo em Thomas More, amigo do renascentista Erasmo. T. More já tem um ponto de vista mais suave, pois ele não só desejou que os bispos diocesanos supervisionassem e autorizassem as traduções, mas também determinassem quem poderia possuir a sua própria Bíblia.

Certamente, as versões inglesas produzidas no período da Reforma não são sem conexão com as anteriores. Mas há uma diferença bastante considerável em dois sentidos: (1) estudo da língua origina como já foi dito alhures. (2) Libertação sem nenhum "decreto" da "vigilância" da exegese conjugada como literal (gramatical) alegórica (espiritual, teológica centrada na Cristologia), tropológica (aplicação moral exposta nos catecismos) e anagógica (escatologia do céu e do inferno). Por exemplo, a parábola do Bom Samaritano

<sup>8</sup> A Bíblia na Reforma Anglicana, em Borsch, F.(editor) Anglicanismo e a Bíblia, p.20

não é uma metáfora em torno de quem é o meu próximo, mas um sistema de teologia oculto na estória da parábola. O homem que, se afastando do céu – Jerusalém, cai vítima de tentação do demônio. Aí vem o processo da salvação. A estória é analisada e articulada sob a categoria de alegoria, anagogia (céu e inferno) e se tira uma conclusão moral. A alegação de muitos que temiam a entrega da bíblia nas mãos dos leigos era essa: a ignorância das leis de interpretação. A libertação desse tipo de leitura e da exposição e interpretação das Escrituras não foi por decreto. A leitura com instrumentos literários, críticos e históricos tem seu início em meados do século XIX e com instrumentos sociológicos, em meados do século XX. E a leitura e o estudo não têm sido isentos de debate e controvérsia. Ver, por exemplo, a contribuição de Reginald H. Fuller sobre o conceito anglicano da Palavra de Deus, inspiração da Escritura, Suficiência e Primazia da Escritura, Cânon da Escritura, a relação entre a Escritura e a Tradição valiosa e esclarecedora em relação aos problemas levantados na Reforma e nos momentos críticos do anglicanismo. Do mesmo modo, o trabalho de F. Borsch, *“Todas as Coisas Necessárias para a Salvação”* nos ajudam a entender a visão e prática anglicanas sobre a Bíblia em relação à leitura “literalista”, sem a percepção do contexto. A tarefa de estudo e interpretação das Escrituras é descentralizada. Não é apenas nos Seminários que se processa tarefa. Há, também, fóruns de debates. Mais recentemente, a crítica do condicionamento sociológico é aplicada não só aos que lêem e estudam, mas ao próprio texto das Escrituras. Não se tiram conclusões a serem seguidas. As conclusões são abertas como em qualquer organização acadêmica. E o debate continua em favor da Palavra que vale a ser ouvida, captada e recebida, cuja recepção se transforme num estilo de vida, em identidade em comunhão, num relacionamento com Deus e uns com os outros.

+Sumio Takatsu - 8/2/2003